



# Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1981

ANO VII

ATO DA PRESIDÊNCIA:

LEI Nº 01/81

DATA: 14 de Maio de 1.981.

SÚMULA: Declara de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA JOÃO MARIA AGOSTINHO, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o TEMPLO ESPIRITUALISTA JOÃO MARIA AGOSTINHO, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 14/05/81

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1.981

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Airton Cordeiro e Gernote Kirinus.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Não havendo expediente a ser lido, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Os católicos de todo o País se sentem atingidos pelas balas que acertaram o Papa João Paulo II" — Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo.

Historicamente, a primeira referência à ação terrorista consta do papiro Anastas, em que Mursilis, rei hitita, fala de irregulares que atacam à noite. Posteriormente, os romanos durante as suas conquistas enfrentam a ação guerrilheira de celtiberos e lusitanos. Muitos povos e muitos países registram, em sua história, a ação terrorista.

A Idade Média foi testemunha de todo o tipo de ação do terror. A institucionalização do terrorismo ocorreu mais recentemente, quando da Revolução Francesa. Avançando no tempo, vamos encontrar a ação de terroristas na Rússia, levando a morte, por exemplo, Alexandre II, em 1.881.

Mais recentemente, com a realização das duas grandes guerras, a ação do terror expandiu-se. As tropas SA e SS, a polícia da Prússia e depois o próprio governo do III Reich, são responsáveis por algumas das operações mais sangüinárias do terror.

Já em nossa época, a guerra do Vietnã, e as crises contínuas do Oriente Médio, fizeram com que o noticiário voltasse a dar destaque à ação de grupos terroristas. Assim, assassinatos de civis e militares ocupando altos cargos, passou a ser notícia rotineira para todos os povos do mundo.

O massacre de inocentes no Aeroporto de Lod e nas Olimpíadas de Munique, além do seqüestro de Entebbe, passaram a ser conhecidos em todo o globo, não só através dos jornais, rádios e televisões, mas também através de filmes.

Os tempos modernos trazem a marca da violência do terror. Na Argentina, são os tupamaros; na Alemanha, a Baader-Mainhof; no Oriente, a Organização para a Libertação da Palestina; na Espanha, o Grapo e o ETA; na Itália, as Brigadas Vermelhas; nos Estados Unidos, os Panteras, o Exército Simbionês de Libertação e outros grupos; na Rússia, o terrorismo branco realizado pelo próprio Estado; na Guatemala, o MR-13 e assim por diante.

No Brasil, até o ano passado, o terror tinha uma história pobre. Algumas revoltas como a de Canudos podem ser consideradas como ação de guerrilhas. Mais recentemente, a Coluna Prestes pode ser citada, com sua ação em 1926 e 1927. Entretanto, seus combates foram raros, sendo importante o seu trabalho por razões políticas e pela divulgação que obteve. Já, a partir de 60, criavam-se grupos de direita e de esquerda. A Ação Libertadora Nacional, de Carlos Marighela; o MAC — Movimento Anti-Comunista; as ligas camponesas de Arraes; os grupos armados de Brizola; a AP — Ação Popular; a POLOP — Política Operária; a Vanguarda Popular Revolucionária, de Lamarca; a Vanguarda Armada Revolucionária Palmarese e outros grupos poderiam ser considerados como dirigidos ao terror, mas suas ações nunca chegaram a atingir proporções consideráveis. Com a revolução de 64, a ação destes grupos foi pouco a pouco desaparecendo. Com a Revolução de 64, a ação destes grupos foi pouco a pouco desaparecendo. Denunciava-se então, a tortura, o exílio a que foram submetidos os anti-sistemas. Foi um período negro de nossa história, que o Presidente Figueiredo procura superar através da implantação da democracia plena em nosso País.

A partir do ano passado, a ação terrorista no Brasil recomeçou, alcançando seu ponto mais alto com a morte de dona Lyda Monteiro, secretária da OAB, no Rio, vitimada

por uma potente bomba. Há poucos dias, o terror voltou a ser a preocupação maior da classe política, com a explosão de duas bombas no Rio-Centro, uma delas vitimando um sargento do Exército. Temos confiança que esse episódio será esclarecido, pois, é intenção manifesta do Presidente Figueiredo punir os culpados, sejam eles quem forem.

Mas, a nossa preocupação hoje é bem maior. Não é uma preocupação somente com o terrorismo no Brasil, mas com a ação do terror no mundo. O Papa João Paulo II convalesce de uma operação de mais de cinco horas, depois de sofrer um atentado em plena Praça de São Pedro, alguns segundos após apanhar uma menina no colo.

Jamais o terrorismo chegou a tanto. A ação guerrilheira já se fez presente contra diversos chefes de governo — o Presidente Reagan ainda tem em seu corpo as marcas de um atentado — mas jamais chegou-se a atentar contra um Chefe Supremo da Igreja Católica Universal.

O que estará acontecendo com a Humanidade? Essa é uma pergunta que deve estar na boca de milhões de católicos de todo o mundo. Como explicar o gesto de Mehemed Ali Agca, um turco de 24 anos, membro de uma organização radical de direita, condenado à morte em seu País de origem? Fanatismo religioso? Protesto político? A loucura de um indivíduo? Como explicar tal ato. Como explicar que alguém tenha tentado tirar a vida de uma pessoa que vinha dando uma contribuição universal no sentido de minimizar o uso da violência?

O mundo todo está rezando hoje. Rezando para que o Papa João Paulo II se restabeleça e continue o seu trabalho de espalhar o amor por todo o globo.

O atentado faz com que todos nós meditemos hoje sobre os caminhos que o mundo vai seguir. É hora de se dar um basta à violência, antes que caminhemos todos para a auto-destruição.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, visto o que vimos com o Papa João Paulo II, se Cristo viesse ao mundo em nossos dias, com comunistas, com ateus e atocas, certamente voltaria a ser crucificado novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Falará, no horário da Liderança, o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Anteontem foi a vez do "Movimento". Nesta madrugada, foi a vez da "Tribuna da Luta Operária". Dois ataques, duas tentativas para mais uma vez dificultar, destruir as formas mais autênticas de dar a voz aos operários, oprimidos deste País. O "Movimento" foi apreendido nas bancas. A "Tribuna da Luta Operária" ficou na gráfica, antes de sair. Mais uma vez o tacho da ditadura, que ultimamente se faz passar por um regime em mudança, se fala até em abertura, desmascara o verdadeiro sentido do poder instalado no País há quase 20 anos.

Vivemos tempos tenebrosos, senhores. Tempos mais obscuros do que se imagina. Um jogo de quebra cabeças está começando a dar sinais de feição. Ontem o jornal "O Estado de São Paulo", em sua página de opiniões assinada pelo jornalista Carlos Chagas, diz claro: "o governo não vai apurar os atentados". E nós aqui, fazemos então a primeira pergunta: não vai por que a máscara cairá?

Srs. Deputados.

Cada vez que um jornal alternativo, hoje se constituindo nas fontes autênticas de porta vozes das massas pelas suas

novas características, sofre uma apreensão, é preciso parar e repensar. Está um Secretário de Estado do Paraná propondo que se repense o Paraná. Pois nós propomos que se repense o Brasil. Que se analise todos os últimos acontecimentos. Que se levante o véu de cada fato. Que se faça um questionamento. Como anda nossa Democracia?

Ora, Senhores. Silenciar a grande imprensa, calar os canais concedidos pelo governo sob condição de obediência cega, tem sido uma tarefa relativamente fácil ao regime. Um sistema de trocas, de favores, tão bem analisado numa CPI instalada nesta Casa em 1.976, tem sido um eficiente mecanismo para a manutenção da informação dentro dos parâmetros desejáveis. Fala-se até em crítica saudável. Vemos diariamente a repetição, a continuidade no mesmo processo de compra de opiniões e idéias estampados nos vídeos. Gasta-se milhões na propaganda do governo, coloca-se secretários de Estado a falar maravilhas, mas garante-se o cerco da opinião. Da crítica profunda.

Há dois anos começou a rebrotar, porque adormecida estava, uma nova ordenação de idéias. Espocaram em todos os cantos deste País dezenas, centenas de jornais, milhares de exemplares da imprensa popular. Edições que superavam às dos grandes jornais. No ABC paulista, somados os alternativos em 1.979, seriam bem mais poderosos do que o próprio jornal "O Estado de São Paulo".

Mas tais iniciativas não passam incólumes. Uma, duas, três, agora incontáveis formas de coerção. Bombas, bem, bombas já estão por demais desmoralizadas.

E por estarem por demais usadas, por se constituírem até em possíveis equipamentos que provocam acidentes de trabalho, volta-se à velha tática. Usa-se da censura, mecanismo previsto nas leis de exceção que aí estão, para destruir iniciativas mais avançadas. E a razão, Senhores?

A "Tribuna da Luta Operária" não acredita, como demonstra o teor do seu editorial que os atentados atribuídos à extrema-direita do Brasil serão apurados. Entende que não há interesse do governo em ver nomes, ligados às suas fileiras, estampados em jornais, como autores de atos de terrorismo contra a democracia.

Esta é a verdade, Senhores. O regime pretende impedir que a opinião pública do País tome consciência sobre a atitude do governo em relação ao terrorismo de direita. O PMDB, que no primeiro momento prestou seu apoio ao combate ao terrorismo, não ficará calado. E cobrará do governo a impunidade e a arbitrariedade utilizada para ressaltar os responsáveis pelo terrorismo.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado.

Vossa Excelência, ontem, já trazia à tribuna essa questão de como se está pressionando, coagindo a imprensa alternativa.

Nós temos uma posição muito clara, porque, de plano, há um princípio maior a se destacar, qual seja, da liberdade de imprensa.

Entendemos nós que cabe ao Governo, à autoridade, a qualquer cidadão, utilizar os expedientes normais, até do direito comum, para poder acionar os dispositivos da justiça, e, então, fazer valer, se se entender que está sendo desonrado, injuriado, caluniado, enfim, se possa sentir ofendido por qualquer matéria, por qualquer assunto, por qualquer reportagem.

O que nós não aceitamos é exatamente que esse princípio maior da liberdade de pensamento, da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, comece a ser, mais uma vez, castigado. Exatamente esse direito maior nosso em cima de manifestações como essa, quando o Governo vai apreender jornais nas bancas, ou até ainda, na gráfica.

Por essa razão, essa manifestação de Vossa Excelência é muito importante, nesta sexta-feira, para que possamos registrar perante a opinião pública do Paraná, perante os Anais desta Casa, o repúdio que o PMDB tem - por que faz parte de seu programa - a qualquer sistema de censura, direta, ou indireta, coação econômica, ou política, ou policial.

E o outro aspecto é que precisamos registrar o que, historicamente, realizaram os jornais alternativos no Brasil. Quando a censura estava calada, amordaçada, violentada, eram os pequenos jornais, os jornais alternativos, que conseguiam furar, bloquear toda essa violência.

Quem não se lembra, por exemplo, no auge do obscurantismo, que jornais alternativos atingiam 300, 400 mil exemplares, na sua edição mensal, exatamente inserindo artigos que buscavam retirar aquele mínimo de informação que não tínhamos, sobre a violência, a tortura, a falta de liberdade.

Quando vemos, esta semana, três jornais serem atingidos, independentes do conteúdo, não cabe aqui entrar nesse mérito, independente do que possa, ou não, estar escrito, o aspecto maior é a liberdade de imprensa.

E, mais uma vez, se violentando toda a estrutura que está aí, a autoridade que se sentir ofendida, acionar o Direito, para poder valer - se é que assim entende - o seu direito ou de responder, ou de acionar o Judiciário contra qualquer calúnia, injúria, ou difamação.

Por isso, não só cumprimentando, mas a importância de usar essa tribuna, e Vossa Excelência que esteve ontem, exatamente para manifestar o nosso repúdio a esse tipo de violência que se faz. Porque, a violência contra a imprensa é a violência contra cada um dos brasileiros. É a violência contra o direito de falar, de pensar, de agir, de livre opinião. E isso nos parece que o regime que aí está, direta ou indiretamente, não quer que o brasileiro possua esse direito de dizer, de falar, de agir, de pensar. E a liberdade de imprensa está em jogo a cada instante em que qualquer jornal é atingido, principalmente quando são desrespeitadas as mínimas regras jurídicas que poderiam ser acionadas para fazer valer o direito daquele que se acha ofendido.

Muito obrigado e parabéns pela sua manifestação neste dia.

O SR. DARCY DEITOS - Nós que agradecemos o aparte de Vossa Excelência.

O PMDB nada mais quer, de que os direitos sejam respeitados, porque, o que se depreende desses fatos todos é que o Governo, quando a imprensa não lhes é subserviente, quando a imprensa não é o seu porta-voz oficial, e mostra, claramente à Nação, o seu trabalho efetivo de desmascaramento do processo anti-democrático, encetado por alguns setores que comandam a Nação, são tolhidos na sua liberdade de circular e são apreendidos, como foram esses três jornais.

Queremos também, Sr. Presidente, repudiar algumas críticas que alguns Srs. Deputados do PDS fizeram aos nossos líderes no Congresso Nacional, especificamente ao nosso Presidente Ulisses Guimarães, pelo seu posicionamento com relação à nota distribuída pelo Palácio do Planalto, quanto ao apoio dado pelos Partidos de Oposição.

Fica aqui o nosso repúdio a essas manifestações contra o nosso Partido, porque o PMDB deu naquela oportunidade, o seu apoio ao Presidente Figueiredo para o combate ao terrorismo, não ao seu projeto político, porque o projeto político do Governo não é do PMDB, e o projeto do PMDB é por eleições livres, diretas e democráticas, de vereador a Presidente da República.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Tendo declinado o Partido Popular, consulto à Liderança do Partido Tra-

balhista Brasileiro. Havendo declinado, em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Café já foi a cultura mais importante do nosso Estado e gerou para o Paraná um desenvolvimento econômico e social que a história registra. Hoje, entretanto, a cultura está relegada a um segundo plano, apesar das intenções dos cafeicultores em tornar o produto novamente um líder na agricultura.

A região Norte do Estado, como todos sabem, deve o seu desenvolvimento à cultura do café. Após o desbravamento das terras daquela região, foi graças àquela cultura que foram edificadas cidades como Londrina, conhecida inclusive, como a "Capital do Café".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Visando tirar a cultura do café da situação em que se encontra hoje, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Cafeicultura e todas as Associações Estaduais de Cafeicultores estão tentando sensibilizar o Governo Federal no sentido de que seja garantido ao produto um preço de garantia de Cr\$ 13.000,00.

Este preço, se realmente concedido, viria a preservar a lucratividade do setor, evitando que a cultura do café sofra novos baques.

Este ano a safra será boa e seria uma medida de muita justiça, o atendimento a esta reivindicação do agricultor pelo Governo Federal. Sabe-se que 1982 será um ano ruim para o setor, pois um ano ruim segue uma boa safra. Assim, para que o cafeicultor não se sinta desestimulado, é necessário que seja atendido pelas autoridades federais.

Se os produtores não forem atendidos com o novo preço, a partir do dia 1.º de julho, duas consequências advirão:

1.º - o cafeicultor vai deixar de adquirir insumo para suas lavouras, principalmente implementos, o que deverá gerar desemprego para as indústrias produtoras destes equipamentos; e,

2.º - haverá o abandono da cultura, que já vem se acentuando nos últimos anos, provocando assim também o desemprego no meio rural.

Assim, Srs. Deputados, é preciso que o Governo Federal atenda ao cafeicultor, lembrando ainda que mesmo descapitalizada como está, a cafeicultura ainda é responsável por parcela importante das exportações brasileiras.

E aproveito aqui para dizer que haverá em Brasília, no próximo dia 10, o Segundo Encontro Nacional de Cafeicultores, que reunirá toda a classe de cafeicultores do Brasil, num último esforço, num esforço final para conseguir do Governo Federal, este preço de garantia que, sem o qual a cultura estará seriamente prejudicada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O uso da terra paranaense para fins energéticos (a produção hidrelétrica, de álcool, lenha e óleo vegetal combustível) deverá atingir, até 1990, uma área de 1 milhão, 370 mil hectares, o equivalente a 6,9% do território do Estado, sacrificando, assim, a sua capacidade de produzir alimentos para o mercado interno, matérias-primas para a indústria e bens de exportação, geradores de divisas, que têm sido, afinal, a vocação tradicional do povo paranaense e de transcendental importância para o desenvolvimento da economia brasileira.

A advertência é do Secretário Véspero Mendes, da Administração, manifestada em Londrina, no último dia 9, durante a Trigésima Segunda Reunião Plenária da Federação das Associações Comerciais do Paraná, que reuniu empresários da indústria, agricultura e prestação de serviços de 82 municípios do Estado. Ele defendeu a regionalização do suprimento energético como "solução de bom senso", que no caso paranaense deverá basear-se na transformação do xisto.

O Secretário Véspero Mendes frisou para os empresários que as alternativas de produção energéticas postas ao Paraná, confiadas, aliás, à iniciativa privada, "representam efetivamente uma oportunidade de negócios, uma frente setorial de expansão econômica, que deve ser aproveitada em favor do Estado", mas chamou-lhes a atenção para certas "cautelas que devem ser adotadas por todos nós para que o ajustamento do setor energético às condições dominantes no momento seja alcançado sem distorções insuperáveis para nossa sociedade".

As 23 usinas hidrelétricas do Paraná, entre as existentes e as previstas até 1.990, deverão inundar uma área de 354 mil 512 hectares. Para o "Programa do Alcool no Paraná", cuja implantação está sendo coordenada pela Secretaria da Indústria e do Comércio, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, foi estabelecida a meta de 1 bilhão de litros por ano, a ser atingida em 1.986. "Esse propósito significa uma ocupação de áreas agrícolas de mais de 191 mil hectares, permanentemente vinculadas à produção de álcool carburante", explicou Véspero Mendes.

Já o "Plano de Florestas Energéticas do Paraná", administrado pela Secretaria da Agricultura, prevê a utilização de uma área de 78 mil hectares até 1.985, seguida de uma etapa adicional de 61 mil hectares no período de 1.989. Com a lenha e o carvão vegetal obtidos dessas florestas, "prevê-se a substituição de 21 milhões de barris equivalentes de petróleo, durante o período 1980/89", segundo o Secretário Véspero Mendes. O "Programa Paranaense de Substituição de Óleo Diesel por Óleo Vegetal", o "Pró-Óleo/PR", recentemente divulgado pela Secretaria da Agricultura, admite a meta de produção de 436 mil toneladas de óleo bruto final, a ser progressivamente alcançada até 1.985. Para essa produção, prevista com base na cultura do girassol, serão necessárias áreas de 685 mil hectares.

Sobre esse quadro é que o Secretário Véspero Mendes advogou, perante os empresários reunidos em Londrina, que "não interessa ao Paraná transformar-se num imenso canal, numa contínua floresta energética ou num campo de cultura de oleaginosas para fins energéticos", porque "a cada hectare acrescido à produção de energia, corresponderá uma redução da capacidade de cumprir a vocação tradicional do povo paranaense de produzir alimentos para o mercado interno, matérias primas para a indústria e bens de exportação geradores de divisas".

E essa vocação tem dado uma inestimável contribuição ao desenvolvimento da economia nacional, já que o Paraná, com apenas 2,4% da superfície territorial do País, responde por cerca de 1/4 da produção agrícola brasileira e exporta 30% dessa produção. Para ter-se uma idéia sobre a dimensão dessa presença paranaense, basta atentar para as 21,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas que o Estado produzirá este ano, num valor aproximado de 4 bilhões de dólares. Ou para as exportações pelo Porto de Paranaguá, que no ano passado atingiram os 2,5 bilhões de dólares, o equivalente a 13% da receita cambial brasileira. Ou ainda, à participação paranaense na renda industrial do País, que segundo dados de 1.979 estava na casa de 6,4%.

Ao defender a regionalização do suprimento energético, "para evitar longos percursos de transporte, que provocam o desperdício do alto consumo de combustível", o Se-

cretário da Administração assinalou que "a alternativa do carvão não é a única e talvez não seja a melhor para o Paraná", já que as reservas disponíveis são as do Rio Grande do Sul, "cujas minas situam-se a mais de 1 mil quilômetros do centro do Paraná". "Seguramente", prosseguiu, "é de muito bom senso manter em permanente discussão alternativas que se baseiem em recursos do nosso território, em recursos regionais, quais sejam a hidroeletricidade, a lenha, a turfa e o xisto".

No caso paranaense, segundo Véspero Mendes, a regionalização do suprimento energético "deveria considerar o xisto como a fonte energética prioritária de uso local". A esse respeito, aliás, adiantou alguns dados que bem configuram a importância do xisto não apenas para o Paraná, mas sobretudo para a auto-suficiência energética do Brasil. "De acordo com levantamentos da ONU e da U.S. Geological Survey, as reservas de xisto betuminoso no Brasil apresentam um potencial para produção de cerca de 800 bilhões de barris de petróleo. Considerando o consumo brasileiro, estimado em 1,1 milhão de barris/dia, o petróleo do nosso xisto daria para abastecer o País por 727 mil, 772 dias, ou seja, 1.992 anos".

Entusiasta do xisto ("porque convivo com esta experiência há 20 anos"), Véspero Mendes disse que, pelos seus cálculos, para tornar o Brasil auto-suficiente em petróleo de xisto, seriam necessários recursos de 50 bilhões de dólares, amortizados em 10 anos, o que é realmente barato se comparado aos 1.992 anos de produção. Além disso, o xisto é mais barato: cada barril custaria 28 dólares, contra os 40, em média, do petróleo árabe. A Usina de São Mateus do Sul, que está sob responsabilidade da PETROBRÁS, deverá produzir, ainda esta década, 50 mil barris/dia.

"Não tenho dúvida que os sacrifícios que forem absolutamente necessários, serão enfrentados pelo povo paranaense", assinalou Véspero Mendes. "Mas quando se pensa que o Paraná conta com imensas reservas de óleo de xisto, em condições de serem fartamente extraídas, é que se sente a urgência política de sua exploração, pois, este combustível, se regionalizada a sua distribuição com preferência ao Estado produtor, poderia aliviar muito a pressão sobre a terra agricultável e reduzir pesados investimentos em suprimentos energéticos com base no distante carvão do Rio Grande do Sul", completou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é parte da tarefa da Secretaria de Administração, é parte do trabalho do Governo Ney Braga, e nós fazemos desta tribuna, como meio de comunicação ao povo que representamos, e como tarefa precípua dos representantes desta Casa de Leis, que acompanham a tarefa do Governo do Estado, para que, amanhã ou depois, o povo paranaense e os nossos liderados não nos acusem de estarmos aqui, desconhecendo do trabalho do Governo, e, sobretudo, descumprindo a grande missão para a qual fomos trazidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 201/79, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom José Maria Maimone, Bispo Diocesano de Umuarama. —  
Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 201/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima DOM JOSÉ MARIA MAIMONE, Bispo Diocesano de Umuarama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

José Tavares, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 142/80, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, bem como outros titulares de cargos públicos, e dá as providências que especifica. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 142/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — É obrigatória a apresentação de declaração de bens para quem assumir no Poder Executivo, função ou cargo em comissão, inclusive os titulares de Delegacia de Polícia, bem como para quem assumir cargo ou função a nível de Direção ou Conselho, em empresas públicas, autarquias, fundações, sociedades de economia mista ou em qualquer tipo de sociedade onde o poder público possua mais de cinquenta e um por cento (51%) de ações ou de cotas de participação.

Art. 2.º — Ao termo da gestão ou na cessão do exercício do cargo ou função, o servidor, de que trata o artigo anterior, apresentará nova declaração de bens de que constem a origem e as mutações patrimoniais ocorridas no curso de função ou cargo exercido.

§ 1.º — Na hipótese de renúncia ou afastamento do cargo ou função, a declaração de bens será feita nos dez dias subseqüentes em que se verificar o desligamento.

§ 2.º — A falta de declaração de bens implicará em crime de responsabilidade, nos termos da lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

José Tavares, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 155/80, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, a área urbana de propriedade do Estado do Paraná, denominada "Reserva V", e conforme especifica. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 155/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da área urbana denominada "Reserva V", com 12.646 m<sup>2</sup>, situada entre as Ruas Rio de Janeiro e Santa Catarina; General Osório e Duque de Caxias, na Cidade de Cascavel. Registrada sob o nº 9.063-P-17.362, da 2ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — Fica a Prefeitura Municipal de Cascavel obrigada a construir no imóvel citado no Art. 1.º desta lei, no prazo de dois anos, sob pena do mesmo reverter ao patrimônio do Estado áreas de lazer destinadas à população daquele município.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

José Tavares, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 160/80, que declara de utilidade pública a "Associação Cascavelense de Amigos de Surdos—ACAS", com sede e foro na Cidade de Cascavel. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 160/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS — "ACAS", com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

José Tavares, Relator;

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 175/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro na Cidade de Pérola. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 175/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PÉROLA — APAE, com sede e foro na cidade de Pérola.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;

José Tavares, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 176/80, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais — S.O.S.", com sede na Cidade de Pérola. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 176/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — SOS., com sede na cidade de Pérola.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1981.

aa) Tadeu Lúcio Machado,

José Tavares, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 06/80, (Mens. G Govern. n.º 12/81), que doa à Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, parte do imóvel denominado "Caieira", situado no Município de Guaratuba, conforme especifica. **Aprovado.**

## REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 06/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ — COHAPAR, parte do imóvel denominado “Caieira”, situada no Município de Guaratuba, com as seguintes características: terreno de forma irregular, com a área de 70.526,98 metros quadrados, limitando ao Norte e a Leste com terrenos da marinha, a Sudoeste com terrenos remanescentes de propriedade do Estado do Paraná e a Oeste com terrenos de Réo Bennett.

Parágrafo único — O imóvel a que se refere este artigo, destina-se a construção de um conjunto habitacional para famílias de baixa renda.

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, parte do imóvel denominado “CAIEIRA”, situada no Município de Guaratuba, com as seguintes características: terreno de forma triangular, com a área de 7.864,80 metros quadrados, limitando-se ao Norte com terrenos remanescentes de marinha, a Sudoeste e ao Sul com terrenos remanescentes de propriedade do Estado do Paraná.

Parágrafo único — O imóvel a que se refere este artigo, destina-se à construção de um estabelecimento de ensino.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1.981.

aa) Tadeu Lúcio Machado, Presidente;  
José Tavares, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 19/81. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constantes do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. **Aprovado.**

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(**É procedida a verificação de votação**)

12 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/81

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 03/81 e 15/81 e de Resolução n.ºs 01/81, 02/81, 03/81, 04/81, 05/81, 06/81 e 07/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/81.

Levanta-se a sessão.